

COMUNICAÇÃO, MUDANÇA SOCIAL E MOVIMENTO PERMACULTURAL

COMMUNICATION, SOCIAL CHANGE AND PERMACULTURAL MOVEMENT

COMUNICACIÓN, CAMBIO SOCIAL Y MOVIMIENTO PERMACULTURAL

Veneza Mayora Ronsini

■ Pós-doutorado na Nottingham Trent University (CAPES) e na Loughborough University London (CAPES/PrInt). Doutora em Sociologia (USP). Pesquisadora do CNPq.

■ E-mail: venezar@gmail.com

Rafael Medeiros

■ Doutorando em Comunicação na Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Ouro Preto.

■ E-mail: rfmedeiros13@gmail.com

Laura Roratto Foletto

■ Doutoranda em Comunicação na Universidade Federal de Santa Maria (CAPES/DS). Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (CAPES).

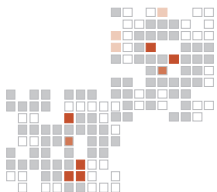
■ E-mail: laura.roratto@gmail.com

Marco Marão

■ Doutorando em Comunicação na Universidade Federal de Santa Maria (CAPES), com período sanduíche na Loughborough University London (CAPES/PrInt). Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (CAPES).

■ E-mail: marcomarao@gmail.com

73



RESUMO

Este artigo propõe-se a discutir em que medida a comunicação voltada ao desenvolvimento e mudança social (Tufté, 2013; 2015) se conecta epistemicamente com pressupostos da permacultura e pode contribuir objetivamente para o movimento permacultural orientado por um senso comunitário. Traçamos um breve panorama das problemáticas associadas ao modelo de desenvolvimento capitalista e discutimos em que medida o movimento permacultural contribui para a constituição de um modelo alternativo ao desenvolvimento hegemônico. Verificamos a viabilidade da permacultura dentro uma ecologia de saberes (Santos, 2009) que engloba comunicação e desenvolvimento sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: COMUNICAÇÃO; MUDANÇA SOCIAL; MOVIMENTO PERMACULTURAL; COMUNIDADE.

ABSTRACT

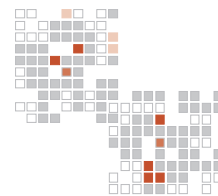
The purpose of this paper is to discuss the ways through which Development and Social Change Communication (Tufté, 2013; 2015) is epistemically intertwined with the postulates of Permaculture and the ways through which it could contribute towards the permaculture movement on a practical level when aimed at its community aspects. We outline a brief overview of the problems associated with the capitalist development model and discuss the extent to which the permacultural movement presents itself as alternative to the hegemonic development model. We also verify the viability of permaculture within an ecology of knowledge (Santos, 2009) which encompasses communication and sustainable development

KEY WORDS: COMMUNICATION; SOCIAL CHANGE; PERMACULTURAL MOVEMENT; COMMUNITY.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir en qué medida la comunicación dirigida al desarrollo y el cambio social (Tufté, 2013; 2015) se conecta epistémicamente con los supuestos de la permacultura y puede contribuir objetivamente al movimiento permacultural guiado por un sentido de comunidad. Hacemos un breve recorrido por los problemas asociados al modelo de desarrollo capitalista y discutimos en qué medida el movimiento permacultural contribuye a la constitución de un modelo alternativo al desarrollo hegemónico. Verificamos la viabilidad de la permacultura dentro de una ecología del conocimiento (Santos, 2009) que engloba la comunicación y el desarrollo sostenible.

PALABRAS CLAVE: COMUNICACIÓN; CAMBIO SOCIAL; MOVIMIENTO PERMACULTURAL; COMUNIDAD.



1. Introdução

Este artigo¹ se debruça sobre o conceito de Comunicação para o Desenvolvimento (Sustentável) e para a Mudança Social (Tuftte, 2013; 2015) com a finalidade de pensar as suas possíveis contribuições para as configurações do movimento permacultural enquanto paradigma orientado por um senso comunitário.

Desde a sua apresentação no Relatório de Brundtland, a expressão Desenvolvimento Sustentável tem sido criticada por sua instrumentalização a serviço do obscurecimento dos interesses econômicos e políticos específicos de determinados grupos em detrimento das reais necessidades da maioria (Redclift, 2006). Chega-se a criticar a própria terminologia da expressão sob o argumento de que as duas palavras carregam sentidos contraditórios entre si (Boff, 2018; Bursztyn; Bursztyn, 2012).

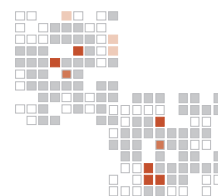
No meio acadêmico, um dos grandes desafios em torno desse debate é a sua marcada fragmentação epistemológica e teórica tanto no interior das disciplinas quanto nas dimensões inter e transdisciplinar. No entanto, não obstante as diversas perspectivas dedicadas a essa problemática, a necessidade de mudança ou de transformação social é relevante para grande parte delas. Tal abordagem adquire fôlego adicional quando colocada em diálogo com as ideias de Boaventura de Sousa Santos presentes no livro *Epistemologias do Sul* (Santos; Meneses, 2009). O cerne da obra é a reivindicação de que a colonização de certos povos e/ou nações também tem ocorrido em uma dimensão epistemológica, no âmbito da produção, circulação e, sobretudo, legitimação do conhecimento. Além de denunciar um processo de supressão de saberes, Santos enaltece os saberes que sobreviveram a

essa dinâmica e investiga “as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos”, ao qual o autor se refere como *ecologias de saberes* (Santos; Meneses, 2009, p. 13). Em discussões mais recentes, Tuftte (2021) referenda a visão de Santos (2009).

Esta é uma das razões pelas quais decidimos abordar o movimento permacultural, partindo da hipótese de que algumas das práticas e princípios fundamentais da permacultura, largamente inspiradas nos saberes dos povos aborígenes tradicionais da Austrália (Mollison; Holmgren, 1978), podem contribuir para se pensar em alternativas ao modelo hegemônico e insustentável do capitalismo. A outra razão diz respeito ao caráter comunitário do movimento, aspecto que vai ao encontro da defesa aqui proposta de um resgate da esfera comunitária no debate associado ao Desenvolvimento Sustentável e que dialoga com as proposições da Comunicação para a Mudança Social.

Na abordagem aqui proposta, a comunicação faz parte do esforço de diálogo que Santos (2009) compreende como *ecologias de saberes*, já que ela se integra a vários outros saberes “que podem ser considerados úteis para o avanço das lutas sociais pelos que nelas intervêm”. A Comunicação para a Mudança Social, na perspectiva de Tuftte (2019), se apropria do paradigma freiriano da pedagogia libertadora atualizado para incorporar questões concernentes à contemporaneidade, como a globalização, as redes transnacionais, novas mídias e modelos de governança. Dessa forma, a comunicação para a mudança social “procura articular processos específicos de ação e reflexão coletiva, considerando os contextos no interior dos quais se trabalha” (Tuftte, 2019, p. 87) e utiliza estrategicamente os meios de comunicação para “lidar com (e, por vezes, desafiar) as condições estruturais que ditam os processos de mudança social, por exemplo as dinâmicas de poder na sociedade que geram ampla injustiça social”

¹ O artigo é resultado de pesquisas realizadas, parcialmente, com recursos do Programa de Internacionalização CAPES/PrInt – Edital 41/2017.



(Tufte, 2019, p. 87). Como será possível verificar no primeiro tópico deste artigo, estes objetivos da comunicação para a mudança social estão alinhados com as perspectivas da permacultura.

É também no âmbito de uma ecologia de saberes que a noção de comunidade desponta entre acadêmicos do mundo todo, oriundos de diferentes áreas do conhecimento, como uma questão imprescindível na contemporaneidade, em termos de uma crescente valorização das estruturas de vinculação e pertencimento (Paiva, 2003). Abrindo mão da visão essencialista de comunidade, Paiva (2003) tem como intuito atribuir ao conceito um caráter mobilizador de mudança social. O deslocamento do conceito viabiliza a operacionalização de uma ideia de comunidade que, em vez de estabelecer oposições dicotômicas, possa ser aplicada ao atual modelo societário, desapegando-se, assim, de certas visões historicamente estabelecidas, ora carregadas de saudosismo, em termos de uma idealização de um passado perdido, ora reduzidas apenas a fatores geoespaciais/territoriais.

Um dos modos pelos quais a dimensão comunitária pode ser viabilizada em direção a um projeto político alternativo para o enfrentamento da crise sistêmica provocada pelo modelo de desenvolvimento hegemônico do capitalismo consiste no “reconhecimento da situação”, na “ativação do sentimento de agregação” e na “busca conjunta de soluções” (Paiva, 2003, p. 129). A estrutura comunitária, sob essa ótica, funcionaria como uma forma de exercer pressão, como uma estratégia de participação social e como uma via rumo à descentralização do poder.

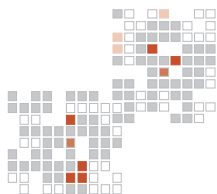
Tendo isso em vista, o artigo está dividido em três seções. Na primeira, traçamos um breve panorama das principais problemáticas associadas ao modelo de desenvolvimento capitalista, argumentando em que medida uma perspectiva mais abrangente de comunidade pode contribuir para a discussão de possíveis

alternativas dentro do debate relacionado à noção de desenvolvimento e de comunicação para a mudança social. Na segunda seção, discutimos em que medida o movimento permacultural se apresenta como possível alternativa ao referido modelo hegemônico de desenvolvimento através da identificação de possíveis práticas e princípios que possam ter se inspirado em saberes não hegemônicos dos povos tradicionais e que reforcem uma visão renovada de comunidade, pelo menos em caráter propositivo, no âmbito das ecologias de saberes. A terceira e última seção é dedicada às nossas considerações finais. Tendo em vista o caráter propositivo do artigo, a discussão se realiza com base em revisão bibliográfica narrativa.

2. O viés comunitário na comunicação para desenvolvimento e mudança social

Não é novidade a problemática em torno da noção de Desenvolvimento. Originado no contexto da Revolução Industrial no século XVIII, o termo adquiriu conotação de um ideal universal de crescimento econômico como motor do progresso entre todas as nações do planeta, visando à subordinação dos países ditos subdesenvolvidos aos interesses industrialistas dos desenvolvidos. Essa noção inicial de Desenvolvimento tomava por base uma lógica econômica segundo a qual o fator de produção estava em função, principalmente, do capital e do trabalho, enquanto o fator ambiental era simplesmente desconsiderado ou tão somente um apêndice do sistema econômico (Veiga, 2006).

Já na segunda metade do século XX, precisamente na década de 1960, começa a ganhar destaque uma preocupação com a integração entre crescimento econômico, equidade social e harmonia ambiental. Segundo Calegare e Silva Júnior (2011), o enfoque do que hoje se conhece como Desenvolvimento Sustentável



surgiu como resultado de uma gama de outras vertentes preocupadas com uma integração entre a visão desenvolvimentista e a ambientalista, a saber: a) estratégias de ecodesenvolvimento; b) bioeconomia ou economia ecológica; c) o prolongamento da teoria neoclássica do equilíbrio e do crescimento econômico e d) desenvolvimento sustentado.

Após distintas formulações, estas proposições culminam no termo Desenvolvimento Sustentável, consolidado mundialmente no ano de 1987 por meio do Relatório de Brundtland, no qual é descrito como um modelo “que atende às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas necessidades e aspirações” (Brundtland, 1987, p. 16, tradução nossa).

Como mencionado anteriormente, as perspectivas que permeiam o debate acadêmico sobre o tema são múltiplas e, muitas das vezes, divergem entre si em relação aos seus pressupostos epistemológicos e/ou teóricos. Outro conflito importante diz respeito à dinâmica geopolítica implicada na produção de conhecimento científico no Ocidente, historicamente legitimadora de visões oriundas de países da Europa e da América do Norte, em detrimento daquelas que são caras a outros espaços geográficos, como a América Latina (Dussel, 2009; Maldonado-Torres, 2009).

Como contraponto a esse processo de invisibilidade da produção latino-americana de conhecimento, tem emergido uma série de perspectivas decoloniais ou anticoloniais para o debate em torno da sustentabilidade ecológica e desenvolvimento capitalista, entre as quais a do *Buen Vivir*, crescentemente analisada por autores latino-americanos que criticam o modelo de Desenvolvimento capitalista.

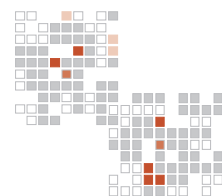
Algumas dessas críticas têm partido das discussões fundamentadas no paradigma do chamado Pós-Desenvolvimento, que tem sido,

ele próprio, criticado por suas contradições e fragilidades de ordem epistemológica, teórica e empírica (Amaro, 2017). Uma dessas contradições diz respeito à presença da palavra Desenvolvimento em sua terminologia, já que uma reivindicação importante do pós-desenvolvimentismo está assentada na crítica ao uso do termo.

Inequivocadamente, a carga semântica do termo Desenvolvimento está marcada por sua função legitimadora de princípios e práticas social e ecologicamente insustentáveis que ocorrem no modelo capitalista. No entanto, reconhecer a carga ideológica associada ao termo não pressupõe o descarte deste. Nosso objetivo aqui é discutir uma alternativa já em andamento dentro do atual modelo capitalista, sem desconsiderar que ela nos parece insuficiente para conter os aspectos predatórios, sociais e ecológicos do capitalismo. Enquanto não temos um projeto emancipatório em movimento, achamos que pode ser útil a contribuição de Ignacy Sachs, que não se desfaz do uso da expressão Desenvolvimento Sustentável.

No campo da Comunicação, uma perspectiva alinhada a essa ideia de Desenvolvimento alternativo é da *Comunicación para el cambio social*, ou Comunicação para a mudança social, em português. No entanto, ela tem sido criticada pelo emprego da preposição “para”, que imprime um caráter instrumental à Comunicação. Uma solução, neste caso, seria simplesmente utilizar o termo Comunicação acompanhado de Desenvolvimento ou acompanhado da expressão mudança social: Comunicação e Desenvolvimento (Sustentável) ou Comunicação e Mudança Social.

Em sentido amplo, abordar o Desenvolvimento sem recair no funcionalismo pressupõe uma abertura epistemológica, tanto no que diz respeito ao Desenvolvimento quanto em relação à própria Comunicação, estabelecendo



um diálogo entre as perspectivas já existentes, identificando suas possíveis limitações e avanços. Por isso, concordamos com Sá Martino e Marques (2015, p. 16), para quem “o lugar da comunicação é aquele que nos possibilita olhar para a complexa rede de relações sociais – bem como para o contexto em que estas se dão – e perceber práticas, discursos, diálogos, contextos de interação como um todo múltiplo em constante movimento”. É nesse mesmo sentido que Cimadevilla (*in* Escudero, 2018, p. 292-293) reforça a necessidade de o campo comunicacional expandir os olhares para “outras complexidades que precisavam ser consideradas nos fenômenos de produção de relações e significados, sobretudo se dizem respeito aos problemas das estruturas que sustentam a ordem social e às problemáticas do desenvolvimento”.

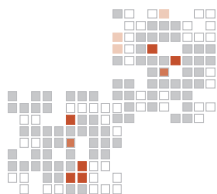
Ao discorrer sobre a mudança social no âmbito das problemáticas sociais contemporâneas, Tufte (2021) ressalta que as hierarquias do poder global e as injustiças da distribuição de recursos se tornaram ainda mais visíveis com as incertezas e novos obstáculos incorporados pela pandemia de Covid-19, descortinando “desafios da natureza mais profunda: desafios ao nosso senso de si, à nossa identidade e subjetividade e à nossa segurança ontológica” (Tufte, 2021, tradução nossa).

Trata-se, segundo Santos (2020), de uma “crise anômala”, já que contraria a própria definição de crise, que, semanticamente, diz respeito a um fenômeno passageiro e com motivos assinalados. Este aspecto seria resultado de um processo de redução gradual dos períodos de estabilidade, descrito pelo filósofo marxista István Mészáros ([1995] 2011) como uma metamorfose do sistema capitalista, em termos de uma conversão das crises pontuais para fenômenos endêmicos, cumulativos, crônicos e permanentes. Para além das evidentes controvérsias econômicas capitalistas, incluindo o aprofundamento da

desigualdade de classes, do desemprego e da má distribuição, entram em questão as agravadas problemáticas ecológicas e lutas sociais motivadas por questões de reconhecimento identitário, como as relativas à comunidade (mesmo que sob uma ótica essencialista) e à cultura (Fraser; Jaeggi, 2020).

Diante de um Estado que se tornou parceiro das corporações e sem soberania para projetar políticas sociais, econômicas e ambientais, parece correto preconizar, como Antunes (2011, p. 12), que o rumo peremptório para os dias atuais pode ser “a busca por uma alternativa societal visando a construção de um novo modo de produção e de um novo modo de vida cabal e frontalmente contrário à lógica destrutiva do capital hoje dominante”. Para Santos (2020, p. 31), essa nova articulação da vida social exige uma “viragem epistemológica, cultural e ideológica que sustente as soluções políticas, econômicas e sociais que garantam a continuidade da vida humana digna no planeta”, sendo que a principal implicação dessa mudança “consiste em criar um **novo senso comum**” (grifo nosso).

O contexto paradoxal da contemporaneidade globalizada está na reafirmação das identidades locais como forma de resistência aos padrões dominantes globais e na busca pela manutenção dos sentimentos comunais de pertencimento e segurança, como afirma Bauman em *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual* (2003), e de reconhecimento, como abona Honneth em *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais* (2003). Diante do exposto, o debate acerca das questões tangentes entre comunidade e comunicação para o desenvolvimento se mostra pertinente e necessário para os objetivos deste texto e para a compreensão de como a comunicação para o desenvolvimento contribui para a “procura por um terreno comum de valores e um senso comum sobre o qual construir a transformação



social” (Tufte, 2021, p. 4, tradução nossa).

Gumucio-Dagron e Tufte destacam que a comunicação para mudança social tem caráter horizontal, concentrando-se em promover “o diálogo entre vozes iguais e o debate e a negociação dentro das comunidades”. Nesse ponto é importante considerarmos que uma teoria da comunicação para mudança social não homogeneiza as formações comunitárias, opondo-se a algumas concepções comunitaristas clássicas que temem que as lutas sociais possam colocar em risco os acordos sociais comunitários, mas concorda com Featherstone (1997, p. 153), quando este entende que “internamente podemos considerar a comunidade como incorporadora de todos os tipos de independências, rivalidades, lutas de poder e conflitos”. Sobre esse aspecto, os autores enfatizam que “os resultados do processo de comunicação para a mudança social vão além do comportamento individual e consideram a influência das normas sociais, valores, políticas atuais e cultura” (Gumucio-Dagron; Tufte, 2006, p. 20, tradução nossa).

Dessa forma, é possível ponderar sobre as aproximações entre as práticas de permacultura e as questões comunitárias atuais observando sensíveis pontos comuns entre os conceitos, como as questões referentes à sociabilidade (solidariedade), às formas de resistência e recusa aos padrões dominantes globalizados e modos de vida. Como princípio e como prática, o movimento permacultural reforça, em certa medida, o que diz Polivanov (2015, p. 10-11), para quem “a comunidade representa uma possibilidade de transformação sociocultural para os excluídos pelo processo de globalização, que buscam, principalmente na solidariedade e na ajuda mútua compartilhadas numa experiência local, maneiras de sobreviver na alta modernidade”. É nesse sentido que a noção de comunidade, quando entendida por uma perspectiva mais ampla, pode contribuir para a

questão do Desenvolvimento Sustentável.

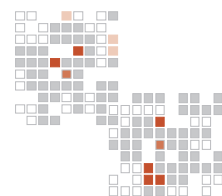
3. Os princípios e práticas da permacultura

O atual cenário global torna visível a necessidade de repensarmos o modelo de desenvolvimento hegemônico capitalista, o qual, além de insustentável ecologicamente, está marcado pelo individualismo crescente, pelo desemprego em massa, por desigualdades sociais de diferentes ordens. É na contramão de algumas das lógicas imperantes do modelo de desenvolvimento capitalista que emerge o movimento permacultural, cujo cerne é a busca por um modo de vida e de organização humana que possa ser duradouro e efetivamente sustentável (Ferreira Neto, 2018; Holmgren, 2020).

O termo permacultura é um neologismo que alude à aglutinação das palavras presentes nas expressões permanente agricultura e permanente cultura. Sua designação pode ser definida como ciência dedicada ao planejamento de assentamentos humanos sustentáveis, baseada na ideia de um *design* de ecossistemas produtivos dotados da mesma estabilidade, diversidade e flexibilidade dos ecossistemas naturais (Mollison; Holmgren, 1978), com a inclusão de moradias, sistemas de produção de energia, plantas comestíveis, animais silvestres e domésticos e recursos hídricos.

A permacultura foi elaborada pelos ecologistas australianos Bill Mollison e David Holmgren, inspirada no modo de vida das tribos aborígenes da Austrália e nas experiências contraculturais que inauguraram uma onda de retorno ao meio rural em busca de formas alternativas de consumo e de relações interpessoais, como o movimento *hippie*, em meados da década de 1960, e as revoltas francesas que eclodiram em maio de 1968.

Como atesta Silva (2013, p. 158), a permacultura representa uma “síntese de princípios, práticas e técnicas de caráter híbrido, em que saberes



tradicionais e recursos (naturais e culturais) locais misturam-se com formas de sociabilidade, tecnologias e conhecimentos próprios da modernidade”, aspectos característicos das experiências contraculturais² contemporâneas. Com isso, o intuito da permacultura é possibilitar a adoção de um outro modo de ser e estar no mundo, servindo como uma maneira de intervir na realidade que se pauta por uma ética contraposta à lógica individualizante da sociedade de consumo e da produção industrial contemporânea.

Indo ao encontro dos pressupostos de Santos (2009) e suas ecologias de saberes, a proposta da permacultura é “conectar mundos apartados temporal, cultural e territorialmente, fazendo a fusão dos conhecimentos tradicionais e das novas tecnologias”, a fim de encontrar o que há de melhor em cada um, “com o intuito de apresentar alternativas concretas e viáveis” a partir da observância do entorno social e cultural (Ferreira Neto, 2018, p. 63-64).

Além de estar fundamentada em uma perspectiva ecológica que leva em conta o “saber empírico das comunidades tradicionais na realidade onde se aplica” e de trazer “um aspecto regionalista na intervenção” (Jacintho, 2007, p. 38), a permacultura tende a se adequar às questões biorregionais e ao meio ambiente, respeitando a dinâmica ecológica e se valendo positivamente dos recursos locais através de suas inter-relações com o grupo e o entorno social. Essa premissa é referendada por Ferreira Neto (2018), que defende o caráter mutável da ciência permacultural, em termos de suas adaptações às

realidades locais, com a incorporação de saberes tradicionais locais, desafiando a dicotomia do conhecimento científico *versus* senso comum. Tais aspectos são corroborados também por Turino (2018, p. 20).

No entanto, se formos levar em conta as dinâmicas socioeconômicas do Brasil e de vários dos outros países, os praticantes da permacultura não são, em geral, os mesmos excluídos pelo processo de globalização. Como destaca Ferreira Neto (2018), a prática da permacultura requer um certo capital econômico para a aquisição dos materiais a serem implementados na elaboração dos seus sistemas sustentáveis de plantação, cultivo, de economia de energia etc. Além disso, o conhecimento técnico de diversas práticas sustentáveis da permacultura está condicionado, em grande parte, ao acesso aos cursos pagos que muitas dessas comunidades oferecem como forma de subsistência, afinal não estão isoladas da economia capitalista.

A restrição do acesso a cursos de capacitação e o investimento financeiro necessário para a implementação de sistemas permaculturais de produção e cultivo é um dos maiores obstáculos para que a permacultura adquira um alcance social mais significativo. Tais limitações podem ser superadas com a popularização da permacultura no Brasil que, para ser efetivada vai necessitar de políticas públicas para o seu fomento. Mesmo assim ela parece contribuir, em diversos aspectos, como um ideal a ser alcançado em termos de alternativas ecológica, social, cultural e economicamente sustentáveis dentro do modelo capitalista.

4. Considerações finais

O artigo teve por objetivo discutir em que medida a comunicação voltada ao desenvolvimento e mudança social (Tufte, 2013; 2015) pode contribuir para o movimento permacultural enquanto paradigma orientado por

2 “O termo ‘contracultura’ foi cunhado por Roszak (1969) para fazer referência ao florescimento de manifestações culturais que, embora diversas nas suas contestações e métodos de ação, em conjunto representavam um quadro de insatisfação, sobretudo das camadas jovens da população, e de oposição política que colocou em questão as instituições fundamentais da sociedade ocidental capitalista nos anos 1960-70” (Arruda, 2018, p. 60).

um senso comunitário. A partir de uma revisão bibliográfica narrativa, foi possível verificar como o comunitário se apresenta nos princípios e práticas da permacultura, considerando seu potencial de contribuir, mesmo que em caráter propositivo, para as problemáticas em questão. Uma vez que a permacultura se pauta também por uma contraposição à lógica individualizante da sociedade de consumo, o senso comunitário é importante para o movimento, sendo uma maneira de intervir na realidade de grupos sociais diversos e, assim, sendo uma via para superação das problemáticas socioambientais relacionadas ao modelo societário capitalista contemporâneo.

A noção de ecologias de saberes de Santos (2009) pressupõe uma abertura ao diálogo para um efetivo intercâmbio de conhecimentos e é recorrendo precisamente a essa abertura que o fundamento da visão de comunidade é aqui endossado. De acordo com Paiva (2003), essa visão renovada do conceito permite a sua operacionalização como projeto político aplicado ao atual modelo societário. Nesse sentido, a aproximação entre tal visão de comunidade e a noção de ecologia de saberes nos leva a reforçar o argumento de Paiva (2003), considerando a relevância de uma abertura ao diálogo no contexto da produção de conhecimento contemporânea e as potencialidades dos diferentes saberes historicamente suprimidos em relação às questões socioambientais.

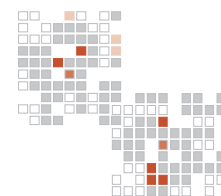
Cabe, então, pensarmos em que medida o nosso campo pode contribuir para essa ecologia de saberes. Aqui a comunicação com vistas ao desenvolvimento e à mudança social se apresenta como perspectiva que conecta as outras duas dimensões abordadas no texto: permacultura e comunidade. Partindo desse entendimento, a segunda seção do artigo dedicou-se a identificar, analisar e discutir em que medida a dimensão comunitária, entendida como fundamento da ecologia de saberes, está presente nas práticas

e princípios da permacultura. Procuramos, também, identificar as contribuições mais imediatas e concretas do movimento permacultural para as questões socioambientais, bem como as suas possíveis limitações.

A abertura à alteridade, demonstrada através da incorporação de diferentes saberes e da disposição de se renovar constantemente, alinha-se com a visão dessubstancialista de comunidade. Mesmo sob a perspectiva essencialista, muito ancorada na questão da localidade, a permacultura manifesta um caráter comunitário, já que essa ciência tem sido, até o momento, mais praticada no âmbito de assentamentos humanos (nomeadamente comunidades intencionais) que, dedicados às questões ecológicas, buscam modos de vida alternativos aos padrões dominantes do sistema capitalista globalizado.

Com base na discussão realizada, é seguro afirmar que os fundamentos da permacultura estão de acordo com uma ecologia de saberes. Isso ficou demonstrado desde os seus aspectos constituintes, por meio da influência dos saberes aborígenes, bem como através da abertura ao diálogo e inclusão de outros saberes. Desse modo, podemos inferir que, para além de uma visão essencialista de comunidade, determinada pelo espaço/localidade, o movimento permacultural também pode ser pensado no âmbito de um projeto dessubstancialista de comunidade.

Independentemente das diversas perspectivas de desenvolvimento e/ou sustentabilidade, sejam as do campo da Comunicação ou das outras áreas, é inequívoco afirmar que a sustentabilidade ecológica não pode ser pensada sem se levar em conta outras dimensões da vida social. Ao longo do texto, ficou evidente que essa visão ampla e integrada também é defendida pela permacultura. No entanto, o que a literatura consultada nos demonstra é que, na prática, há um desequilíbrio entre essas dimensões entre os seus praticantes, pelo menos no Brasil.

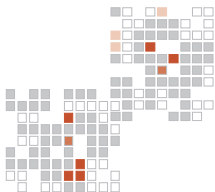


Há uma grande dedicação à sustentabilidade ecológica, consolidada através da aplicação de diversas práticas sustentáveis, mas pouca articulação com o Estado ou com outros setores sociais em função de questões mais estruturais que alcancem as dimensões social e econômica, por exemplo. A própria limitação do acesso aos cursos oferecidos pelas comunidades permaculturais, devido ao investimento financeiro requerido, evidencia esse desequilíbrio entre as dimensões de sustentabilidade. No entanto, isso não

diminui o potencial que a permacultura possui de contribuir para a construção de um projeto político que possibilite mudanças sociais no interior do atual modelo societário. O papel das perspectivas de Comunicação e Desenvolvimento aqui citadas pode ser o de fazer circular os ideais de sustentabilidade ecológica ancorados em preocupações sociais, econômicas, comunitárias e culturais. Entretanto, qualquer mudança social não depende somente da Comunicação, mas da ordem do poder político.

Referências

- AMARO, Rogério. Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Desenvolvimento e... Noflay! *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 34, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/2335>. Acesso em: 23 out. 2022.
- ANTUNES, Renato. Introdução. In: MÉSZÁRIOS, István. *A crise estrutural do capital*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ARRUDA, Beatriz Martins. *O Fenômeno de Ecovilas no Brasil Contemporâneo*. 2018. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP, 2018.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade: o que é – o que não é*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2018.
- BRUNDTLAND, G. H. *Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development United Nations Commission*, Oslo, p. 1-59, 1987. Disponível em: <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>. Acesso em: 15 jul. 2022.
- BURSZTYN, Maria Augusta; BURSZTYN, Marcel. *Fundamentos de Política e Gestão Ambiental: caminhos para a sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- CALEGARE, Marcelo Gustavo; SILVA JÚNIOR, Nelson da. Progresso, Desenvolvimento Sustentável e abordagens diversas de desenvolvimento: uma sucinta revisão de literatura. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 24, p. 39-56, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/21528/17079>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- DUSSEL, Enrique. Meditações anti-cartesianas: sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (eds.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 283–336.
- ESCUADERO, Camila. Entrevista com Gustavo Cimadevilla - Integração e cooperação para o desenvolvimento da Comunicação na América Latina. *Comunicação & Sociedade*, v. 40, n. 2, maio/ago. 2018, p. 289-301.
- FEATHERSTONE, Mike. Localismo, globalismo e identidade cultural. In: FEATHERSTONE, Mike. *O Desmanche da cultura: Globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- FERREIRA NETO, Djalma Nery. *Uma alternativa para a sociedade: caminhos e perspectivas da permacultura no Brasil*. São Carlos: Edição do autor, 2018.
- FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. *Capitalismo em debate: uma conversa na Teoria Crítica*. Trad. Nathalie Bressiani. São Paulo: Boitempo, 2020.
- GUMUCIO-DAGRON, Alfonso; TUFTE, Thomas. *Communication for Social Change Anthology: Historical and Contemporary Readings*. New Jersey: CSFC Consortium, 2006.
- HOLMGREN, David. *Permacultura: principios y senderos más allá de la sustentabilidad*. Kaicron, 2020.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- JACINTHO, Cláudio Rocha dos Santos. *A agroecologia, a permacultura e o paradigma ecológico na extensão rural: uma experiência no assentamento colônia I – Padre Bernardo – Goiás*. 2007. 178 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.



- MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (eds.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 396–443.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.
- MÉSZÁRIOS, István. *A crise estrutural do capital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOLLISON, Bill. *Permaculture One: A Perennial Agriculture for Human Settlements*. S. I.: Trasworld Publishers, 1978
- PAIVA, Raquel. *O espírito comum – Comunidade, mídia e globalismo*. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- POLIVANOV, Beatriz. Reapropriações do conceito de comunidade na contemporaneidade. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, v. 11, n. 21, 2015. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/186>. Acesso em: 10 set. 2022.
- REDCLIFT, Michael. Os novos discursos de sustentabilidade. In: FERNANDES, M.; GUERRA, L. (Orgs.). *Contradiscursos do desenvolvimento sustentável*. 2ª ed. Belém: UNAMAZ; NAEA-UFPA, 2006.
- SÁ MARTINO, Luís Mauro; MARQUES; Angela Cristina Salgueiro. Prefácio. In: SÁ MARTINO, Luís Mauro; MARQUES. *Teorias da comunicação: processos, desafios e limites*. São Paulo: Plêiade, 2015.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- SILVA, Luis Fernando de Matheus e. *Ilusão concreta, Utopia possível: Contraculturas Espaciais e Permacultura (uma mirada desde o cone sul)*. São Paulo, 2013. 336 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.
- TUFTE, Thomas. O renascimento da Comunicação para a transformação social: redefinindo a disciplina e a prática depois da ‘Primavera Árabe’. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 36, n. 2, jul./dez. 2013.
- TUFTE, Thomas. *Comunicación para el cambio social: la participación y el empoderamiento como base para el desarrollo mundial*. Barcelona: Icaria Antrazyt, 2015.
- TUFTE, Thomas. *Communication and Social Change: a citizen perspective*. Cambridge: Polity Press, 2017.
- TUFTE, Thomas. Comunicação para a mudança social. In: BRITES, Maria José; AMARAL, Inês e TORRES DA SILVA, Marisa. *Literacias cívicas e críticas: refletir e praticar*. Braga: CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade – Universidade do Minho, 2019.
- TUFTE, Thomas. Conferencia “Comunicación para el cambio social en el mundo postpandemia”. *Difusión AMIC*. YouTube, 16 nov. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/EH1749g8Mw8>. Acesso em: 04 mar. 2022.
- TURINO, Célio. Prefácio. In: FERREIRA NETO, Djalma Nery. *Uma alternativa para a sociedade: caminhos e perspectivas da permacultura no Brasil*. São Carlos: Edição do autor, 2018.
- VEIGA, José Eli. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

